

# (SOCIO)ECOLOGISMO DOS POVOS DO SUL:

CLAMORES POR JUSTIÇA

Organizadores:

José Edmilson de Souza-Lima

Sandra Mara Maciel-Lima





**Reitor**

Zaki Akel Sobrinho

**Vice-Reitor**

Rogério Andrade Mulinari

**Diretor da Editora UFPR**

Gilberto de Castro

**Vice-Diretora da Editora UFPR**

Suzete de Paula Bornatto

**Conselho Editorial**

Andrea Carla Dore

Cleverson Ribas Carneiro

Cristina Gonçalves de Mendonça

Lauro Brito de Almeida

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

Mario Antonio Navarro da Silva

Nelson Luis da Costa Dias

Paulo de Oliveira Perna

Quintino Dalmolin

Sergio Luiz Meister Berleze

Sergio Said Staut Junior

(SOCIO)ECOLOGISMO  
DOS POVOS DO SUL:

CLAMORES POR JUSTIÇA

Organizadores

José Edmilson de Souza-Lima

Sandra Mara Maciel-Lima

*Dem. Luiz Fery*  
*9750 86444*

**Walter Steenbock.** Engenheiro Agrônomo. Doutor em Recursos Genéticos Vegetais. Chefe da Floresta Nacional do Açungui, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Contato: steenbock.walter@gmail.com

## SUMÁRIO

### **Apresentação / 15**

**Introdução – Indícios de uma episteme (socio) ecológica para os povos do sul: desenvolvimento sustentável como necessidade não de excluir, mas de cuidar do “outro” / 19**

*José Edmilson de Souza-Lima e Sandra Mara Maciel-Lima*

**Capítulo 1 – A dialética do universal e do particular: as utopias sociais e suas contribuições para a promoção da justiça social / 33**

*Rafael Rodrigo Mueller e Osmar Ponchirolli*

**Capítulo 2 – Economia e justiça social: reflexões a partir do pensamento de Enrique Leff / 69**

*José Thomaz Mendes Filho, Dimas Floriani e José Edmilson de Souza-Lima*

**Capítulo 3 – A gênese da mobilização faxinalense e a construção da identidade como agentes da conservação nas políticas ambientais no Estado do Paraná: um olhar a partir do ecologismo dos pobres / 99**

*Daniela Sant’Ana*

**Capítulo 4 – As vozes da floresta: clamores e caminhos por justiça socioambiental / 125**

*Rodrigo Ozelame da Silva, José Edmilson de Souza-Lima, Sandra Mara Maciel-Lima e Walter Steenbock*

**Capítulo 5 – O cotidiano da Vila Governador – Pinhais/PR: elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente / 161**

*João Francisco Ferraz de Lima*

**Capítulo 6 – Percepção socioambiental de atingidos por barragem: clamores por políticas públicas? / 203**

*Ana Sílvia Laurindo da Cruz, José Edmilson de Souza-Lima e Sandra Mara Maciel-Lima*

**Capítulo 7 – A gestão em empreendimentos populares e o processo de trabalho no setor de reciclagem / 223**

*Deise Luiza Ferraz, Lucas Burigo, Henrique Kishino, Diogo Vieira e Cristina Cima*

**Capítulo 8 – A percepção socioambiental dos moradores da Vila Torres – Curitiba/PR: clamores por políticas de inclusão / 259**

*Elenir Almeida Santos*

**Capítulo 9 – Da socioeconomia para a ecossocioeconomia: a experiência paradigmática do cooperativismo de Mondragón / 281**

*Carlos Alberto Cioce Sampaio, Valdir Fernandes, Joseba Azkarraga Etxagibel e Larraitz Altuna Gabilondo*

**Capítulo 10 – Um diálogo entre física e a questão socioambiental: o círculo de cultura como metodologia para investigação das percepções dos aprendentes / 303**

*Bernardo Brandão S. Niebuhr, Sandra Mara Maciel-Lima e José Edmilson de Souza-Lima*

**Capítulo 11 – A sustentabilidade ambiental e energética no Paraná agrícola: uma questão de cidadania, ética e responsabilidade social e empresarial / 339**

*Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr e Fernando Gustavo Knoerr*

**Capítulo 12 – Dialética do reconhecimento e titularidade proprietária aos remanescentes de comunidades quilombolas em termos de evolução social / 351**

*Francisco Cardozo Oliveira e Germene Mallmann*

## APRESENTAÇÃO

O livro que ora temos nas mãos procura desvelar vozes caladas pelo pensamento único, apontando um rol significativo de situações nas quais atores sociais entram em cena na luta pela preservação do pouco que ainda resta do que chamamos “natureza”. Nesse sentido, traz à baila uma reflexão crucial na contemporaneidade: “sustentabilidade”. Para quem e por quem? Essa palavra que é tão proferida e tão pouco exercida nos dias atuais, bem sabemos, não se efetiva sem justiça social. Essa convicção é destacada aos leitores com lucidez do início ao fim do livro “(Socio)ecologismo dos povos do Sul: clamores por justiça”. Conforme trazido pelos organizadores da obra, essa “sustentabilidade” acaba por se constituir em mais uma promessa não cumprida, dos *insiders* para os *outsiders* que pagam a conta com sua qualidade de vida, sua saúde, seu bem-estar.

Este livro contribui com as discussões sobre o significado, critérios e a medida da “sustentabilidade”, mas com especial atenção aos direitos humanos. Ao tratar dos conflitos socioambientais no Sul, os autores colocam que o ecologismo necessita ser (socio)ecologismo e não há como discordar dessa proposição. “(Socio)ecologismo dos povos do Sul: clamores por justiça” destaca o protagonismo, mesmo que ainda em processo de construção, dos atores sociais de carne, osso e sonho. Esse protagonismo é dificultado muitas vezes por políticas assistencialistas que desconsideram potencialidades e a capacidade de autodeterminação dos atores envolvidos. Pelo simples fato de trazer para o campo acadêmico as questões ambientais por meio de pessoas que vivem as injustiças sociais no seu cotidiano, essa obra apresenta-se como uma importante contribuição para o debate ambiental contemporâneo, buscando superar a dicotomia sociedade-natureza ainda tão presente nesse debate.

## CAPÍTULO 7

### A GESTÃO EM EMPREENDIMENTOS POPULARES E O PROCESSO DE TRABALHO NO SETOR DE RECICLAGEM<sup>1</sup>

Deise Luiza Ferraz, Lucas Burigo, Henrique Kishino,  
Diogo Vieira e Cristina Cima

*Sumário: 1. A esperança nascida na aridez: os catadores de materiais recicláveis; 2. O setor de reciclagem e os trabalhadores da superpopulação estagnada; 3. Formas de gestão: da heterogestão à autogestão; 4. Método de pesquisa e o EIVPa; 5. Análise das associações de catadores: descrevendo as manifestações particulares; 6. Reflexões: das particularidades práticas da gestão ao abstrato pensado da autogestão; Referências*

#### A esperança nascida na aridez: os catadores de materiais recicláveis

Há dez anos trabalhadores de bairros periféricos da cidade de Curitiba retiram do seu trabalho com materiais recicláveis – ou do lixo, como diriam os mais desavisados acerca do valor financeiro desses produ-

---

<sup>1</sup> Este texto é resultado de uma pesquisa realizada no âmbito da Cátedra Maurício Tragtenberg. Essa cátedra faz parte do Programa Cátedras IPEA/CAPES para o Desenvolvimento. Agradecemos ao IPEA e à CAPES pelo incentivo financeiro à Pesquisa e a Bolsa Produtividade de Pesquisadora Júnior concedida à coordenadora da Pesquisa.

tos – tanto melhores condições para a reprodução da vida quanto a esperança de estar contribuindo para a construção de uma cidade melhor, na qual os cidadãos orgulhem-se, não apenas de morar em uma das capitais mais limpas do país, mas também de residirem em um local que respeita o meio ambiente. Uma catadora relatou que se no início a reciclagem era apenas um modo de “fazer um dinheirinho”, hoje é também um trabalho que busca construir uma consciência social acerca das consequências da ação humana sobre o meio ambiente para o próprio homem.

Durante oito meses acompanhamos as atividades desenvolvidas por cinco associações de catadores de materiais recicláveis, durante esse tempo, muitas histórias foram ouvidas. Nelas havia relatos acerca das “surpresas” que vêm dentro das sacolas plásticas (desde animais mortos até lixo hospitalar); do desrespeito dos motoristas no trânsito que, a cada buzina, demonstram estarem alheios aos 300 quilogramas de material contidos no carrinho à sua frente (que, se ali não estivessem, possivelmente, estariam entupindo os bueiros e causando o caos no próximo dia de chuva); da forma como os moradores das localidades vizinhas aos barracões rechaçam o catador, afinal ele estampa a crua realidade do trabalhador pobre, ou seja, do homem e da mulher que são pobres apesar de serem trabalhadores, contrariando, portanto, o imaginário do pobre vagabundo.

O descaso pelo qual passam é minimizado quando partilhado. Identificar no outro a mesma situação de desrespeito oportuniza o sentimento de solidariedade e a esperança de que juntos podem construir algo melhor, conforme nos relatam. A unidade impulsiona ações concretas para alterar as condições desumanas em que se encontram. Desumanidade vivida tanto em sua manifestação de pauperidade quanto na invisibilidade social. A constituição das associações de trabalho, portanto, foi uma das formas encontradas para que esses trabalhadores mitigassem a pauperização e construíssem mecanismos de reconhecimento social, ainda que limitados ao grupo.

O reconhecimento no e pelo grupo ocorre na efetivação do respeito mútuo das necessidades individuais, manifesta na equidade participativa e na refutação da hierarquia no coletivo de trabalho. Se-

gundo os catadores com os quais convivemos, a autogestão permite relações humanas dentro do grupo, ainda que permaneçam as condições desumanas – pauperização – em que vivem. Neste sentido, o objetivo desse capítulo é refletir acerca da forma de gestão efetuada pelos catadores organizados em associações buscando compreender as limitações das mesmas para a superação das condições de desumanidade. Para a consecução do objetivo concentraremos a análise sobre a realidade de duas associações de catadores, uma localizada na cidade de Curitiba<sup>2</sup> e outra na Região Metropolitana. A escolha desses empreendimentos justifica-se pela realidade econômica local. Curitiba possui o quarto maior Produto Interno Bruto do país, enquanto que a cidade de Piraquara possui, dentre as cidades limítrofes à capital do Paraná, a maior taxa de pobreza (23,17%) segundo o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para a melhor elucidação da problemática, no item subsequente a essa introdução apresentaremos algumas informações sobre o setor de reciclagem e a posição estrutural ocupada pelos catadores, pois consideramos que as possibilidades de alterar as condições concretas em que vivemos estão condicionadas por essas, ou como disse Marx (2011, p. 25) “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Entender essas circunstâncias auxilia na compreensão das limitações e possibilidades das formas de gestão empreendidas pelos catadores para construir (su)as histórias. O item três desse capítulo sistematiza a discussão teórica sobre as formas de gestão. Na sequência, o método de coleta de dados é descrito. No item quatro seguirão as análises dos dados e, por fim, algumas reflexões finais serão elencadas no item final.

<sup>2</sup> Curitiba é a quarta cidade com maior PIB. Está entre os 40 municípios que possuem a maior relação quantitativa (kg) por habitante/dia de coleta de resíduos sólidos urbanos. Empata em nono lugar com São Paulo com 1,22kg/hab/dia (ABRELPE, 2010).

## O setor de reciclagem e os trabalhadores da superpopulação estagnada

O setor da reciclagem, desde a década de 1990, tem demonstrado um amplo crescimento. Não é nosso objetivo esgotar os múltiplos fatores que impulsionaram o desenvolvimento dessa atividade econômica, mas é possível relatar alguns deles sem a preocupação de investigar a relação de prioridade entre os mesmos. Sendo assim, destacamos que contribuíram para a constituição de uma cadeia de reciclagem e reutilização de materiais: 1) a necessidade de maximização de recursos, tendo em vista a escassez dos recursos naturais e o impacto da exploração do meio ambiente para a vida humana; 2) a existência de conhecimentos para desenvolver inovações tecnológicas capazes de transformar os produtos descartados em materiais com a qualidade necessária para a reinserção no processo produtivo e com custos relativamente baixos; e, 3) o aumento do consumo. A intensificação da produção e circulação de mercadorias aumenta o descarte poluente, seja pela produção de resíduos industriais, seja pelo refugo proveniente do consumo final. Lembremos que a perspectiva da matriz produtiva sustenta-se na obsolescência programada que diminui o tempo de vida útil das mercadorias, e na venda de produtos em pequenas quantidades, que determina um aumento quantitativo do uso de embalagens.

Referente ao descarte do consumidor final, esse tem demonstrado ser um importante fornecedor de materiais recicláveis. Todavia, até início da década de 1990, todo o material descartado por unidade domiciliar era coletado de forma indiscriminada pelo serviço de coleta pública municipal. Com o impacto ambiental do armazenamento desses resíduos nos grandes aterros sanitários, algumas iniciativas de coleta seletiva iniciaram-se em diferentes regiões do país. Contudo, ainda são baixíssimos os números de municípios brasileiros que possuem programa de coleta eficaz e com ampla cobertura territorial, conforme estudos da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2010).

Por exemplo, 42,3% dos municípios brasileiros não possuem nenhuma iniciativa de coleta seletiva.

Os pontos elencados acima, que contribuem para o crescimento do setor de reciclagem, fazem parte de um movimento mundial de reestruturação da produção, caracterizado pelo toyotismo e, rebatizado, quanto à questão ambiental, como produção verde ou produção mais limpa. Assim, não é possível desconsiderar que, concomitante a esse movimento de preocupação ambiental e à pressão social por melhor destinação dos poluentes, intensificou-se o processo de pauperização dos trabalhadores em geral, oferecendo uma abundante força de trabalho que se ocupa do recolhimento do material não coletado – ou incorretamente coletado – pelo serviço público.

Os trabalhadores que se encontravam ocupados nos setores de alta produtividade sentiram o processo de reestruturação de forma imediata, seja pelo processo de *downsizing* (CALDAS, 2000), seja pela intensificação do ritmo de trabalho sem o correspondente aumento salarial ou pela necessidade de requalificação para operar as novas tecnologias e tentar garantir o seu lugar no mercado de trabalho (FARIA, 2004). Como um efeito cascata, há o deslocamento dos trabalhadores na estrutura produtiva e, quanto mais afastado do centro da produção de valor, mais precário, frágil e instável é a relação trabalhista (ALVES, 2000). Aumenta-se assim um grupo de trabalhadores pauperizados não qualificados que necessitam encontrar formas de (re)produzirem a sua existência. Eis a superpopulação estagnada unindo, no sentido reverso, as duas pontas da cadeia de produção e circulação de mercadorias: consumidores e produtores (FERRAZ, 2010).

Historicamente, o setor de reciclagem no Brasil tem se desenvolvido por meio das atividades dos indivíduos partícipes de um estrato social pauperizado, que sustenta o baixo custo do recolhimento do material descartado pela população. Com baixíssima escolaridade, residentes em espaços irregulares e sem a qualificação profissional necessária para ingressar em atividades laborativas que permitam auferir renda estável e seguridade social; homens e mulheres encontram na coleta de materiais que possuem a potencialidade de reingresso na cadeia pro-

dutiva (ou seja, ser matéria-prima em algum processo produtivo) um meio de garantir a (re)produção da vida. Formou-se, assim, um grupo de trabalhadores, que, por retirarem seu sustento da coleta de materiais recicláveis, reivindicam a regularização da profissão de Catador.

As dificuldades que os catadores possuem para ingressar em uma relação empregatícia estão postas também para o estabelecimento de uma relação de contrato entre pessoas jurídicas, de modo que a interligação reversa necessita da mediação de empresas atravessadoras. Com essa mediação, o valor recebido pelo material coletado é muito baixo. Por exemplo, na região metropolitana de Curitiba, paga-se em torno de doze centavos o quilograma do papel branco, enquanto que o preço do mesmo para a venda à indústria é, em média, cinquenta e seis centavos por quilograma. Contudo, a indústria não compra um quilograma de papel, ela necessita de toneladas e, assim, o trabalhador que coleta o material de casa em casa encontra mais um problema, a produtividade individual não consegue atender de forma direta às demandas industriais; eis um fator que reforça a submissão do catador ao atravessador.

Uma forma encontrada para potencializar a produtividade e reduzir a submissão na hora de negociar o preço do produto é o trabalho coletivo. Há muitas experiências sendo realizadas pelos catadores, a mais simples é a venda coletiva e a mais complexa envolve a formação de cooperativas de produção e comercialização de materiais recicláveis. Quando os catadores optam por constituírem associações ou cooperativas, impõe-se a necessidade de gestão do empreendimento e, novamente, as limitações para o ingresso em relações empregatícias ou jurídicas se apresentam e necessitam ser superadas. Indagações resultam dessa problemática: Qual o modelo de gestão que permite a esses trabalhadores superarem as limitações impostas por suas condições de pauperidade? Quais aspectos caracterizam esse modelo de gestão? Nossa intenção nesse trabalho, como já informado, é refletir sobre essas questões. Sendo assim, o objetivo desse capítulo é analisar a forma de gestão dos empreendimentos coletivos de catadores enquanto experiências populares de geração de renda, que constroem a possibilidade de mitigar as condi-

ções de pauperização, para tanto, necessitamos compreender as discussões teóricas construídas sobre o assunto, intenção do próximo item.

## Formas de gestão: da heterogestão à autogestão

Gerir refere-se ao processo de definir qual e como será alcançado algum interesse (traduzidos em objetivos) e controlar a execução das atividades necessárias para que o resultado seja semelhante ao planejado. Abstraindo, podemos identificar a gestão no campo do indivíduo, trata-se de gerenciar a própria vida, ou seja, estabelecer objetivos, decidir como alcançá-los e executar as ações necessárias para tanto. Não é esse caso que nos interessa. Nossa atenção está circunscrita ao mundo do trabalho, onde a definição dos objetivos, as decisões de como realizá-los e a execução dos mesmos podem, ou não, estar distribuídas igualmente entre os participantes de um grupo social envolvidos com e no trabalho.

A possibilidade de distribuição dessas atividades é determinada pela própria distribuição dos elementos simples constituintes do processo de trabalho, a saber: matéria-prima, meios de produção e força de trabalho. Deste modo, a distribuição concreta desses elementos determina as relações de poder em uma dada coletividade, entendo por poder “[...] a capacidade que possui um grupo social (Quem) de definir e realizar (Como) seus interesses objetivos específicos” (FARIA, 2009, p. 19).

Seguindo as possibilidades de correspondência entre Quem e Como explicitadas por Bobbio e Bovero (1986) a partir das contribuições dos autores clássicos da Filosofia e da Ciência Política (Aristóteles, Políbio, Machiavelli, Bodin, Montesquieu, Hegel e Marx), Faria (2009) estabelece, por homologia, nove formas de gestão para serem balizadoras dos estudos organizacionais. O quadro abaixo resume as considerações do autor.

		COMO ADMINISTRA		
		ISOLADAMENTE	EM GRUPO	COLETIVAMENTE
QUEM ADMINISTRA	UM	Heterogestão Absoluta ou Monárquica	Gestão Participativa Consultiva	Gestão Participativa Representativa
	POUCOS	Heterogestão Relativa ou Oligárquica	Gestão Participativa Grupal	Gestão Cooperativa ou Associativa; Gestão Solidária
	MUITOS	Gestão Anárquico-individualista ou Oclocrática (sob o comando das massas)	Cogestão	Autogestão; Autoadministração; Gestão Democrática

QUADRO 1 - MODELO BÁSICO DE TIPOS DE GESTÃO

FONTE: Faria (2009, p. 20).

A diagonal principal desse quadro demonstra a oposição entre a heterogestão e a autogestão, como afirma o autor:

(i) heterogestão, em que os sujeitos são geridos por outros, que definem as regras, as condutas, as estratégias, comandam os processos decisórios e detêm os instrumentos de controle, disciplina, recompensa e punição e a (ii) autogestão, em que os sujeitos detêm a capacidade de autorregulação, de definição dos mecanismos e de controle e acesso ao comando do processo decisório (FARIA, 2009, p. 19).

Destacamos que na heterogestão os interesses a serem alcançados também são definidos por poucos, diferente da autogestão, na qual o interesse é definido coletivamente. E, acrescentamos que, não são somente os meios de controle que o Quem dominante detém, mas o próprio meio de produção. Assim, no processo de trabalho heterogerido, a maioria dos envolvidos está trabalhando em prol de objetivos alheios. Em geral, o outro em questão possui o capital para comprar a matéria-prima, os meios de produção e a força de trabalho. Ou seja, os elementos simples que compõem o processo de trabalho determinam as relações de poder, inclusive, a possibilidade de delegar algumas atividades decisórias menores a representantes ou a um grupo de vendedores da força de trabalho, de modo que temos, por exemplo, uma gestão participativa ou a cogestão no processo de trabalho (TRAGTENBERG, 2004). Por outro lado, a autogestão implica,

inclusive, que os interesses a serem alcançados sejam determinados coletivamente. Com isso, põe-se em pauta a concentração da posse dos meios de produção, como veremos em seguida.

A relevância em compreender a forma de gestão do processo de trabalho reside no fato de que ela está diretamente relacionada às formas de cooperação entre os produtores e, esta, conforme pontua Marx (1996), constitui a força coletiva do trabalho. Força que produz valores de uso, mas também, sob o sociometabolismo do capital, valores de troca e, mais valia. Conforme destaca Fin (2001, p. 81), a capacidade produtiva da cooperação gerida pelo capital obscurece o caráter do trabalho:

O trabalho em cooperação requer uma influência organizadora em quaisquer circunstâncias, mas, para a produção capitalista, esse papel organizador está inseparavelmente ligado ao papel de disciplinar trabalhadores no processo de trabalho com vistas à extração da mais-valia. A maior produtividade que daí resulta parece derivar do – e, portanto, deve ser creditada ao – poder do capital ou do capitalista, o que tende a obscurecer o papel desempenhado pelo trabalho como única fonte do valor e da mais-valia.

O desenvolvimento das forças produtivas é assim o desenvolvimento recíproco de um complexo conjunto constituído pelos meios de trabalho e pelas formas de organização da cooperação no processo de trabalho. Nesse sentido, a autogestão fundamenta-se em negar a forma de organizar a cooperação essencial para a perpetuação do sociometabolismo do capital. Isso, sobretudo, porque para ser concretizada necessita que os elementos constitutivos do processo de trabalho não estejam concentrados sob a propriedade de poucos, em suma, é necessário superar a propriedade privada. É nesse sentido que vários autores (GUILLERM; BOURDET, 1976; TRAGTENBERG, 2003; FARIA, 2009; CAVEDON; FERRAZ, 2003) mencionam que a autogestão não é apenas a mudança na forma de administrar um empreendimento, ela abrange a transformação completa da sociedade em todos os aspectos (econômico, político e social), pois pressupõe balizar a definição dos objetivos pelo critério de produção de valores de uso e não de troca.

Autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis aos homens e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro dos proprietários, [...] a planificação autogerida não consiste apenas em planejar diferentemente, mas em planejar outra coisa (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 27).

Seguindo a linha argumentativa de que a humanidade necessita planejar outra coisa, Tragtenberg (2003) menciona que a autogestão se apresenta como uma forma de gestão dos elementos do processo de trabalho no processo de trabalho, pressupondo a posse coletiva dos meios de produção, a participação equânime concreta, logo, não meramente formal e, por fim, a divisão equitativa da riqueza produzida pelo trabalho coletivo. Assim, a autogestão para Tragtenberg possibilita que os atores envolvidos nos processos de trabalho (o trabalho, por sua vez, é central à sociabilidade humana) superem a alienação tendo em vista a necessidade do envolvimento ativo do sujeito do e no trabalho. Tragtenberg destaca que o envolvimento ativo somente pode efetuar-se mediante a existência de três elementos fundantes –, portanto, necessários – da autonomia do trabalhador.

Nesse sentido, ressaltamos que para a análise das formas de gestão apresentadas no quadro elaborado por Faria (2009) há de acrescentarmos a necessidade de investigação quanto à distribuição dos elementos do processo de trabalho.

### Elementos simples constitutivos do processo de trabalho

Quando mencionamos os componentes simples do processo de trabalho os elencamos segundo o modo como esses elementos são comumente nominados sob o modo de produção capitalista, ou seja: matéria-prima, meios de produção e força de trabalho. Marx (1996, p. 299) antes de assim os apresentar, a-historiciza esse processo da seguinte forma: “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”.

Esses elementos que compõem o processo de trabalho são constantes antropológicas e possibilitam a satisfação das necessidades humanas ao mesmo tempo em que mediam o processo de criação de novas necessidades, de modo que o desenvolvimento das forças produtivas é acompanhado pelo desenvolvimento das necessidades humanas.

Hodiernamente, a possibilidade do desempenho da atividade orientada a um fim, via de regra, se concretiza por meio da força de trabalho enquanto mercadoria, nesse sentido, eis essa como um elemento fundante do processo de trabalho no capitalismo como produtor de valores e mais-valia.

A atividade orientada a um fim opera-se em um objeto do trabalho. Esse ao ser trabalhado toma a forma pré-estabelecida idealmente, eis o produto do trabalho. Em geral, conhecemos os objetos do trabalho assim descritos como matéria-prima, mas é importante lembrar que: “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho” (MARX, 1998, p. 299). Já, o produto do trabalho, conhecemos como mercadoria.

Quanto ao meio de trabalho, Marx (1996, p. 300) explica:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. [...]. Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize [...] Meios de trabalho desse tipo, já mediados pelo trabalho, são por exemplo edifícios de trabalho, canais, estradas etc.

Sabe-se que, sob o sociometabolismo do capital, meio de trabalho, objeto do trabalho e trabalho estão distribuídos desigualmente entre dois grupos sociais. Restando a um deles apenas a possibilidade de vender a sua força de trabalho para manter a sua existência.

A explanação realizada anteriormente sobre as condições da superpopulação estagnada demonstra que, via de regra, esse estrato populacional não possui as qualidades necessárias exigidas pela força de trabalho a ser empregada no centro produtivo do valor, como também não possui acesso ao meio de trabalho. Contudo, algo eles ainda possuem: a necessidade de satisfazer certas necessidades para se manterem vivos. Disso decorre a efetivação do que chamamos de experiências populares de trabalho, fomentadas ou não pelas Políticas Sociais de Geração de Trabalho e Renda.

No Brasil, em função do aumento do desemprego – desdobramento da reestruturação produtiva – efetivou-se, nas décadas de 1990 e 2000, uma política social de Geração de Trabalho e Renda chamada Economia Solidária (doravante ES). Essa, tem como público alvo a superpopulação estagnada e visa possibilitar acesso aos meios de trabalho e qualificação da força de trabalho, por esse motivo, consideramos relevante uma sucinta discussão sobre esse tema, sobretudo no tocante às experiências autogestionadas que se efeturaram.

### A economia solidária: as experiências populares autogestionadas

As experiências de empreendimentos autogestionados no Brasil intensificaram-se a partir da década de 1990, a “década do desemprego”, quando, concomitantemente, novas políticas públicas (ES, por exemplo) e ações da sociedade civil organizada possibilitaram a criação de alternativas de trabalho. Faria (2009, p. 162) analisando as experiências de ES afirma que:

A economia solidária é, assim, uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma ação pública de inclusão social que engloba diversas práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Com o objetivo de agregar as associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e cogestão, fundou-se a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), uma associação civil sem fins lucrativos que representa tanto a capacidade de reação dos trabalhadores ao processo de exclusão resultante do modo de acumulação capitalista quanto a criação de novas formas de agir e enfrentar questões impostas pelas relações de trabalho, ultrapassando assim os limites da reivindicação por melhores salários (NAKANO, 2000).

Não obstante, Ferraz e Dias (2008) mencionam que os cursos de formação ministrados pela Anteag centram-se na capacitação dos trabalhadores para gerirem o processo de trabalho prescindindo da relação patrão/empregado dentro de seus empreendimentos, ou seja, da heterogestão enquanto consequência da distribuição dos elementos do processo de trabalho. Contudo, neles não se vislumbra potencializar a atuação dos trabalhadores para o âmbito social e político.

Seguindo as reflexões de Tragtenberg, Faria (2009) menciona que a autogestão restrita às unidades de produção é parcial. Ela não se realiza plenamente por tratar-se de experiências inseridas no sistema de capital e não em um modo de Autogestão Social, portanto, tais iniciativas apenas possuem características autogestionárias.

As considerações de Ferraz e Menna-Barreto (2010) seguem a mesma linha argumentativa de Faria (2009). Os primeiros autores, ao analisar as experiências de trabalho que buscavam aporte financeiro junto ao fundo público, concluem que: “[...] a economia solidária, para ser autossustentável, necessita reproduzir *ipsis literis* as relações capitalistas de produção” (FERRAZ; MENNA-BARRETO, 2010, p. 14). E, no que tange à autogestão, Cavedon e Ferraz (2004) mencionam que ela, muitas vezes, é uma imposição da própria política pública entrando, portanto, em contradição com o pressuposto desta prática de organização do trabalho, que pressupõe a decisão coletiva, inclusive se será essa ou não a forma de gestão a ser realizada. Por outro lado, Ferraz (2010), em estudos realizados em associações, nas quais a autogestão é efetuada por iniciativa dos trabalhadores, encontra inúmeros fatores que obs-

taculizam a sua realização, corroborando assim com as colocações de Faria acerca da autogestão só ser efetiva em sua completude quando concretizar-se como Autogestão Social.

No que se refere à economia solidária, depois de mais de duas décadas de incentivo público, já é possível observar que ela, enquanto projeto econômico, possui limitações à viabilidade do desenvolvimento autônomo dos empreendimentos, mas por outro lado, está sendo eficaz no que tange à criação de um meio de sobrevivência aos trabalhadores mais pauperizados, nisso, portanto, reside o seu mérito. Enquanto projeto político, há ainda um grande caminho a percorrer no que se refere a implantações de formas de produzir o viver que possibilite a suplantação do modelo de produção hegemônico e a construção de uma Autogestão Social. Ou seja, para ainda a dúvida quanto à possibilidade de a Economia Solidária constituir-se enquanto um meio de transformação social efetivo. Isso, apenas a história poderá responder.

Considerando que a história se faz no presente, problematizar as formas de gestão nos empreendimentos populares colabora para refletirmos acerca das possibilidades engendradas pelo que nos está (im)posto, mas antes de ingressarmos na análise dos dados coletados, consideramos necessário explicitar o método de coleta utilizado na pesquisa.

## Método de pesquisa e o EIVPa

Os dados analisados neste texto foram coletados entre os meses de junho e novembro de 2011, por meio do método Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1981). Seguindo uma abordagem marxiana, Brandão transmuta a explicação do real por meio do conhecer o outro, característica das pesquisas cujo método baseia-se na observação participante, em estudos que buscam “compreender para servir”, como aponta Schmidt (2006, p. 15). Neste sentido, na pesquisa participante, o pesquisador insere-se nas comunidades populares não com o objetivo de aculturar-se para apreender a realidade dos diferentes grupos, vivendo como se membro deste fosse; mas sim, com o objetivo de envolver-se

e de envolver os sujeitos na construção de estudos, nos quais sejam contemplados os interesses dos pesquisados e dos pesquisadores.

Trata-se, portanto, de uma tentativa de construir um tipo de saber que se contrapõe ao saber produzido para a dominação, tentativa essa considerada como necessária por Maurício Tragtenberg. Deste modo, as pesquisas participantes são possibilidades concretas de um fazer científico que rompe com a exigência de não discutir os fins dos estudos em nome de uma neutralidade axiológica, pois como aponta Tragtenberg (2006), esta premissa do campo científico dá-se em virtude da necessidade dos resultados da ciência reproduzir em a alienação. Na contramão dessa reprodução, as pesquisas participantes devem possuir um caráter voltado à ação política, pela qual, pesquisador e pesquisados questionam-se quanto às suas práticas e refletem sobre as potencialidades das mesmas para a efetivação das transformações sociais.

A pesquisa participante, assim sendo, manifesta-se concomitantemente como processo educativo e de pesquisa. Para a concretização do mesmo, organizou-se uma ferramenta para conciliar ambos os propósitos: o Estágio Interdisciplinar de Vivência e Participação (EIVPa). Nessa atividade de extensão alunos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação inserem-se tanto em grupos de trabalho, com a finalidade de estudar algumas teorias, quanto nas comunidades populares. Estabelecendo uma relação dialógica, constroem junto com os membros das comunidades projetos de intervenção na realidade. Os projetos respeitaram as demandas locais como também as potencialidades dos estudantes. Para exemplificar, uma demanda dos trabalhadores foi a capacitação dos mesmos em um programa de processamento de dados utilizados para controlar a produção e a venda dos materiais recicláveis. Esse programa era operado por apenas uma pessoa da comunidade que então ensinou aos estudantes. Após o aprendizado, os estudantes atuaram como multiplicadores, ofertando oficinas de capacitação à comunidade envolvida nos projetos de trabalho. Esse curso foi uma das demandas para a democratização da informação nos empreendimentos, visando facilitar a gestão coletiva do negócio.

Ao todo, vinte e dois estudantes participaram do EIVPa. Foram realizadas em torno de 25 saídas de campo no período acima mencionado, sendo que a vivência ocorreu em cinco associações diferentes, três delas localizadas na cidade de Curitiba e duas em cidades da Região Metropolitana. No caso deste estudo, optamos por analisar apenas duas associações, por reunirem as características presentes nas demais. Destacamos que não se trata de um estudo comparativo, mas de uma análise multicaso, na qual elementos semelhantes e distintos de ambos os casos permitem compreender o fenômeno estudado o que é a forma de gestão.

Relevante destacar que os estudantes acompanharam os diferentes espaços onde os catadores atuam: local de trabalho, reunião com apoiadores, reunião interna e, inclusive, os catadores participaram de atividades na própria universidade, aproximando as distintas realidades. Todas as vivências foram registradas em cadernos de campo e fotografadas. Foram também realizadas entrevistas com alguns catadores (ao total foram dez entrevistas), buscando compreender alguns pontos específicos acerca do cotidiano de trabalho desse estrato pauperizado da classe trabalhadora. As entrevistas foram transcritas e embasam a nossa compreensão acerca da gestão dos empreendimentos. Passamos agora à descrição e à análise dos casos estudados.

### Análise das associações de catadores: descrevendo as manifestações particulares

Optamos por analisar duas associações de catadores, uma localizada em Curitiba e outra na Região Metropolitana. A primeira, denominada Novo Mundo, fez dez anos de fundação em 2011, enquanto que a segunda, a Reciclando, possui seis anos. Elas possuem histórias distintas quanto ao processo de constituição do empreendimento, a disponibilidade de infraestrutura e a relação com o poder público e a comunidade local. Esses fatores, como veremos, condicionam a forma de gerir o negócio. Considerando que nos interessa identificar o Quem, o Como e a distribuição dos elementos simples do processo de trabalho para compre-

endermos a gestão dos empreendimentos populares, apresentaremos os dois casos seguindo a explanação a partir dos últimos fatores.

### Associação Novo Mundo e Associação Reciclando: a distribuição dos elementos do processo de trabalho

Retomando as formulações de Marx acerca das constantes antropológicas que compõem o processo de trabalho, consideramos necessário expor como elas manifestam-se na particularidade, no caso, no trabalho dos catadores.

Sucintamente, eis o material coletado, como matéria-prima (objeto do trabalho – objeto a ser trabalhado), a capacidade física, psíquica e emocional dos catadores enquanto capacidade de ação orientada a um fim e, os carrinhos de coleta, prédios, balanças e prensas como os meios de trabalho. Essa particularidade do universal é comum às duas associações, o que as distinguem são as formas de acesso à matéria-prima e à posse de parte dos meios de produção, conforme podemos descrever a seguir.

#### Associação Novo Mundo

A Associação Novo Mundo está localizada no bairro periférico da cidade de Curitiba e sua sede ocupa um terreno da prefeitura, sob o contrato de comodato. Essa modalidade de contrato permite que os associados projetem os investimentos futuros quanto à infraestrutura, tendo em vista a garantia de que a associação permanecerá nesse *lôcus*. A posse desse espaço oportuniza a captação de financiamentos junto aos editais nacionais (privados ou públicos) e aos organismos internacionais com a finalidade de construção e ampliação da sede do empreendimento. Por exemplo, recentemente a Novo Mundo construiu um prédio em alvenaria onde fica a cozinha, os banheiros e uma sala para reuniões. Além desse espaço, há ainda um galpão coberto para armazenar o produto final (fardos) e alocar as duas prensas e a balança da Associação, todas adquiridas por meio de doações. Em

outro espaço do terreno estão as baias de separação individual. Cada associado possui um espaço coberto onde deposita o material coletado e realiza a separação dos mesmos.

Ademais, a Associação Novo Mundo conta com o auxílio da comunidade local, por intermédio de um grupo de apoiadores da Igreja Católica, que paga as contas de energia elétrica e o abastecimento de água. Ambos são, conforme a concepção marxiana, meios de trabalho necessários para a consecução do processo de trabalho.

A matéria-prima do processo de trabalho na associação Novo Mundo é adquirida via coleta individual em residências e em pequenos empreendimentos comerciais do bairro. Os trabalhadores que ao ingressarem na Associação não possuem seus próprios carrinhos podem utilizar os carrinhos de uso comum, que foram doados pelo grupo de apoiadores locais ao Novo Mundo. Esporadicamente, alguma empresa da região contata a Associação requisitando a coleta de seu material descartado, o que é possível em função de um caminhão que os catadores adquiram através de um projeto apresentado a uma instituição sueca.

Quanto à capacidade de ação orientada a um fim, podemos inferir que os trabalhadores da reciclagem que vivem da coleta e da separação, o fazem não por escolha ou identidade com a causa ambiental (essa se manifesta após o envolvimento com a atividade, mas de modo algum é determinante), mas porque a capacidade de ação restringe-se à força física. Por exemplo, a “capacidade intelectual” dos catadores é limitada enquanto força de trabalho qualificada em relação às exigências do atual estágio das forças produtivas. Cerca de 60% dos catadores são analfabetos funcionais, 10% são analfabetos e, entre todos os 56 associados (considerando os cinco empreendimentos estudados), apenas 4 sabiam usar minimamente um computador. Em suma, não se trata de incapacidade intelectual, mas de uma não qualificação da capacidade de trabalho que corresponda ao que os setores avançados da produção de valor necessitam como força de trabalho. Isso é a realidade tanto do Novo Mundo quanto da Reciclando, a outra Associação estudada.

## Reciclando

Outro projeto analisado foi o grupo Reciclando, situado na cidade de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. O grupo de catadores tem como sede um prédio (barracão) alugado pela prefeitura, que serve para estocagem e separação dos produtos recebidos. A Associação recebe diariamente o material recolhido pelo caminhão da coleta seletiva da prefeitura municipal. É relevante destacar que esse é o único grupo organizado de catadores da cidade e, portanto, esse é o único destino do material coletado pelo serviço de coleta pública.

Um agravante na parceria é que não houve uma campanha efetiva de conscientização dos moradores da cidade para que eles separassem de forma adequada o lixo reciclável do lixo orgânico. Com isso, dependendo do bairro onde houver coleta, em alguns dias da semana a prefeitura entrega material reciclável contaminado com muito material orgânico. Isso dificulta o trabalho dos catadores, uma vez que eles gastam o seu tempo separando o que pode ser reciclado do que não pode. Ademais, têm que utilizar um grande espaço do terreno para alocação do lixo que será descartado para a coleta comum, facilitando a proliferação de insetos e animais roedores, colocando em risco a saúde dos moradores da localidade.

O ambiente físico é um local muito simples. A cozinha – uma construção de madeira de aproximadamente 4 metros quadrados, com um pé direito de no máximo um metro e oitenta e com aberturas de um metro e sessenta de altura – fica na área externa ao galpão, praticamente dividindo o mesmo espaço com o lixo orgânico que será descartado pelos catadores. Esse ambiente ainda não possui saneamento, o que dificulta as atividades relacionadas à alimentação de todos. Nesse espaço ocorrem também as reuniões dos associados, que se acomodam sobre tijolos e velhos bancos de madeira.

O contrato de aluguel do galpão vence anualmente. A incerteza da permanência no espaço dificulta a submissão de projetos para captação de verbas, bem como impossibilita a benfeitoria no prédio tendo em vista as cláusulas de locação. A limpeza do local está sendo programada, mas isso demanda a suspensão das atividades de separa-

ção do material por uma semana e, por consequência, o cessar provisorio da geração de renda.

A Associação Reciclando conta com mesas de separação, uma prensa, uma balança e adquiriu recentemente um elevador de fardos (via edital de empresa pública que beneficiou a cooperativa de comercialização que as duas associações estudadas fazem parte e que foi submetido tendo como endereço a sede da cooperativa, a Novo Mundo).

Referente ao meio de trabalho é possível mencionar que a Associação Novo Mundo, por ter a posse do local onde se processa parte do trabalho, tem maior facilidade para prospectar o empreendimento, enquanto que a Associação Reciclando não possui autonomia sequer para melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho, como a instalação de rede de saneamento básico na peça utilizada como cozinha pelos catadores. As especificidades das Associações não residem apenas no acesso aos meios de produção, a forma de organização do processo de trabalho também particulariza as experiências.

### Gestão do processo de trabalho

O processo de trabalho, segundo Marx, extingue-se no produto, nele se dá a produção de valor de uso e, no capitalismo, a produção do valor. O produto do processo de trabalho dos catadores depende do meio de trabalho que os mesmos possuem. A figura 01 ilustra o desenvolvimento completo de agregação de valor no processo de trabalho dos catadores.

Se não há prensa, o produto final é o material separado e pesado conforme categorias específicas (elimina-se a etapa 3, uma das fases de agregação do valor). Se o catador possui a prensa, o produto é esse mesmo material, porém já prensado, em suma, os fardos. A forma de obtenção da matéria-prima (etapa 1) pode ocorrer de distintas formas: coleta direta nas residências e comércio, recebimento do material da coleta seletiva do serviço municipal, compra do material de outros catadores, etc. Essas etapas podem ser realizadas todas por um mesmo

trabalhador, ou distribuídas dentro do grupo. Essa é uma decisão de cada Associação e pode condicionar problemáticas quanto à redistribuição do resultado financeiro adquirido com a venda das mercadorias, como veremos adiante.

É necessário destacar que somente após esse processo o que era lixo se torna material a ser reciclado ou reutilizado (matéria-prima) pela indústria de transformação, antes disso o lixo não possui valor de uso, portanto, não pode ser portador de valor de troca.

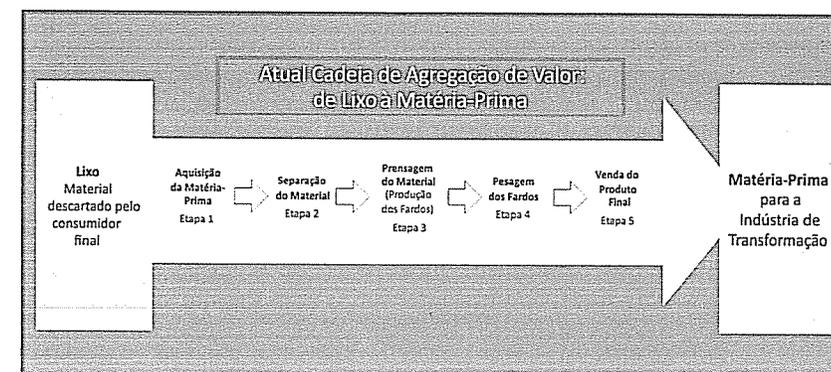


FIGURA 01 - CADEIA DE VALOR DA PRODUÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Os consumidores finais dos produtos dos catadores são as indústrias de transformação. Contudo, para que essas sejam as compradoras diretas dos fardos é necessário que haja um grande volume de material separado. Mas, conforme já mencionado, os catadores não conseguem produzir o volume demandado pelas indústrias, que gira em torno de 20 toneladas, resta-lhes a negociação com os atravessadores.

O fator que obstaculiza a produção exigida pelas indústrias é a própria limitação física da força de trabalho. Em geral, um catador individual somente consegue carregar um carrinho, contendo de 300 a 400 quilogramas de materiais recicláveis diversos. Supondo que, nas melhores épocas do ano – períodos festivos, quando aumenta o consumo da população –, o catador consiga em três dias coletar uma tonelada de material, ele teria que trabalhar vinte dias para coletar as vinte toneladas e, pelo menos, mais dez dias para a separação. Contudo, após serem classificados os materiais têm-se que as vinte toneladas tornaram-se três

toneladas de papel, cinco de garrafas pet, etc. Em face disso, o catador necessitaria retornar às ruas e coletar mais matéria-prima, porém uma limitação se impõe: para trabalhar, a força de trabalho precisa se reproduzir. O catador necessita, no mínimo se alimentar. Sem vender o material coletado anteriormente, ele não consegue adquirir as mercadorias para consumo próprio – para se manter trabalhando –, assim, a força física do trabalhador freia a capacidade produtiva em função da não existência do que os financistas chamam de capital de giro. A associação dos catadores individuais em grupos de trabalho potencializa a capacidade produtiva e, assim, é possível ter uma maior quantidade de produtos em menor tempo, facilitando o acesso aos intermediários mais próximos da indústria, quicá à própria indústria, elevando o preço. Esse é o principal fator que motiva os catadores ao trabalho coletivo.

[...] Porque o papelão que eu entregava lá no Jonas a 20 [centavos o quilograma], aqui eu entreguei a 36 a primeira carga. [...] É quase o dobro. O plástico eu entregava o misto a 30, 35, aqui 90 (Entrevistado 1: Catador ANM).

Porque lá eu tirava 500, 400. Aqui eu to tirando 1000. To [feliz da vida]. Graças a Deus. A gente vendendo particular, o atravessador, eles querem ganhar. Daí tem que vender por menos. Se aproveitam da pessoa né? E aqui não. Aqui não (Entrevistado 2: Catador ANM).

Primeiro eu resistia. Me convidava, eu não vinha. Aí eu vi que dava resultado. O pessoal ganha mais. Agora tô acostumando aqui com as regras (Depoimento Catador ANM – caderno de campo).

Um fator que, segundo depoimentos dos catadores, dificulta o ingresso de novos associados é o necessário estabelecimento de regras, seja para o convívio coletivo, seja para a distribuição das etapas do processo de trabalho, ou seja para a distribuição dos resultados do trabalho. São sobre essas questões que se centram as principais discussões nas Associações. Alguns fatores também são determinantes dos pontos de discussão, sobre eles, exporemos a seguir.

## As decisões em uma associação de venda coletiva: regras de convívio

A Associação Novo Mundo e a Associação Reciclando têm como atividade final a comercialização de produtos recicláveis em fardos, por possuírem balança e prensa. Contudo, a organização do processo de trabalho e a distribuição dos resultados financeiros são determinadas pela forma de aquisição da matéria-prima, que é o objeto do trabalho.

Na Associação Novo Mundo o trabalho é realizado individualmente. Cada catador opera todas as fases, excetuando-se a quinta. A fase da pesagem e prensagem é realizada com o acompanhamento de um catador, designado em reunião para atuar na função de coordenador dessas etapas durante determinado período. O peso é registrado em um programa de controle da produção e, após a venda do material, o catador recebe conforme o peso registrado. Sendo assim, a produtividade do trabalho individual possui relativa influência no ganho financeiro do outro. De um modo geral, a menor dedicação de um catador ao trabalho impacta no tempo necessário para a realização do valor, ou seja, no ciclo operacional, considerando que se deseja sempre vender uma mesma quantidade. Assim, como cada um recebe pelo o que coletou e separou, o grupo não necessita controlar a intensidade do trabalho do colega associado. Entretanto, não é somente a quantidade que influencia no preço de venda do produto. A qualidade da separação do material também deve ser observada.

Quanto a esse quesito, foram estabelecidos critérios de separação do material. Quando um catador ingressa na associação, ele é treinado segundo as normas de classificação adotadas na Associação, e que atendem às exigências das indústrias. Foi determinado coletivamente que o neófito tem duas semanas para se adaptar às regras da Associação e decidir pela sua participação ou não no empreendimento. Contudo, a sua permanência depende também da aprovação dos demais membros. A não observância dos critérios de classificação do material é um motivo de advertência coletiva, efetuado, via de regra, pela associada responsável pela negociação com os compradores.

Uma das catadoras é responsável pelo contato com os compradores e pela negociação do preço, sendo que qualquer alteração significativa do mesmo é discutida em reunião. Essa Associação, por já possuir dez anos de experiência com trabalho coletivo e por ter uma rede de apoio atuante, conforme já mencionado, consegue realizar as vendas mensalmente, aumentando a quantidade vendida e, por via de consequência, o valor de venda do material, o que reforça a relativa influência das disparidades da produtividade individual.

Como há algumas despesas coletivas na Associação que não são custeadas pela rede de apoiadores, como gás para a cozinha, material para atar os fardos, dentre outras, ficou estabelecido que no ato da pesagem do material, as casas decimais correspondentes às gramas não serão contabilizadas. De modo que, no montante final, há sempre um valor residual que é destinado ao caixa da Associação.

O uso dos meios de produção impõe o estabelecimento de regras de conduta para a manutenção da harmonia no ambiente de trabalho. Ao longo dos dez anos, essas regras foram sendo construídas e atualmente estão expostas em um *banner* ao lado da prensa, com o objetivo de estar visível a todos. As mesmas são descritas abaixo:

1) Respeitar a escala dos trabalhos. Cozinha, limpeza do refeitório, limpeza dos banheiros, etc.; 2) lavar pratos, copos e talheres depois de utilizá-los; 3) organizar e limpar o pátio em mutirão; 4) não armazenar coisas que vem para doação no refeitório, [...]; 5) participar de todas as reuniões e encontros de formação do grupo, quando não puder participar, avisar com antecedência; 6) a oficina de formação toda segunda-terça-feira de cada mês [...]; 7) não pode fumar no refeitório, na cozinha e no escritório; 8) não pode alcoolizado, ou drogado, nem na rua nem no espaço do projeto; 9) problemas com a balança, prensas, vendas, cozinha, ou qualquer outra coisa, conversar diretamente com a pessoa responsável pela aquela tarefa no período; 10) catador que ingressa no grupo deve ficar uma semana aprendendo a separar o material. Somente depois deve ganhar um carrinho para coleta na rua; 11) o material que vem da doação será separado coletivamente. Somente pelos catadores que fazem parte do grupo; 12) somente poderá assumir uma tarefa de coordenação os catadores que tiverem no mínimo seis meses de participação no grupo; 13) depois de prensar o material,

deixar a prensa e o depósito limpo e organizado; 14) no dia da pesagem, todos os catadores devem estar presente para realizar trabalho em mutirão; e, 15) manter cada um dos cantos limpos e organizados.

Além dessas regras, existe outra, que é imposição da Secretaria da Criança e do Adolescente, e que os associados buscam não infringir, qual seja: “Todas as crianças devem estar estudando e não podem ir para rua junto com os pais para catar lixo”.

Conforme relato dos associados, essas normas devem ser respeitadas por todos os associados, independente de eles serem ou não membros da Associação à época de elaboração das mesmas, contudo, qualquer sugestão de alteração ou de nova regra pode ser realizada nas reuniões do grupo. Segundo informação dos mesmos e observação *in loco*, os associados discutem os pontos de divergência até o consenso, como por exemplo, o caso de expulsão de um membro que estava sob suspeita de roubo de material de outros associados. Após algumas advertências, e sem alteração de conduta, acertou-se o desligamento do catador.

As tarefas coletivas são distribuídas, segundo rodízio, entre os catadores, a exceção é a operação do programa de controle da produção, por ser efetuado em um computador. Como apenas uma das associadas foi treinada para o uso do mesmo, ela tornou-se a mediadora entre os catadores e entre os compradores. Em função disso, durante algum tempo, os catadores novatos a reconhecem como coordenadora, porém, após participarem das reuniões e compreenderem a distinção entre as responsabilidades individuais e coletivas, perdem tal referência.

Por fim, é relevante destacar que na Associação Novo Mundo o processo de tomada de decisão coletiva não se caracteriza pela polêmica e pelo dissenso porque os principais pontos discutidos não envolvem a perda da autonomia no processo de trabalho e, tampouco, prejudica o resultado financeiro da atividade. Nisso há diferenças significativas entre o processo de gestão da Associação Reciclando.

## As decisões em uma associação de trabalho coletivo: o controle no processo de trabalho e a distribuição dos dividendos

Os catadores da Associação já efetuaram distintas formas de organização do trabalho e de distribuição das receitas. Atualmente, estes pontos estão em rediscussão.

O grupo é composto por quinze associados, de três diferentes famílias, contudo esse número já foi de sessenta catadores. O desligamento dos associados deu-se, sobretudo, em função do modo como era distribuído o resultado financeiro. Segundo depoimentos, o caminhão da coleta seletiva depositava o material no galpão e os catadores efetuavam a separação do material e a confecção dos fardos. Após a venda do produto, a receita era dividida entre todos os catadores associados, entretanto nem todos trabalhavam no mesmo ritmo, ou ainda, nem todos trabalhavam todos os dias da semana. Por um lado, isso sobrecompensava alguns e, por outro, super-remunerava outros.

Porque aqui enquanto três trabalhavam o resto dormia. Já se encontrou gente dormindo aqui. Então, enquanto a gente estava trabalhando, os outros estavam dormindo (Entrevistada 4, da Associação Reciclando).

Como a experiência do trabalho coletivo não convergia para o consenso de uma “remuneração justa”, os catadores que permaneceram na Associação deliberaram em uma assembleia a mudança na divisão das tarefas. A nova forma de organizar o trabalho envolveu a divisão da matéria-prima entre os associados, assim cada dia um grupo de catadores (núcleo familiar) recebia o material do caminhão, separava e pesava o material de forma individual. Após a venda, realizada semanalmente, cada catador recebia conforme a sua produção. Contudo, a diferença na qualidade do material, conforme já explicado, propiciava uma demanda desigual de trabalho e, por consequência, da receita de cada grupo que compõe o empreendimento. Os trabalhadores que recebiam o caminhão de determinados bairros da cidade, nos quais o processo de educação ambiental não fora eficiente, tinham um maior trabalho para separar o ma-

terial, pois antes da separação propriamente dita necessitavam realizar a triagem, ou seja, descartar o material orgânico que vinha junto com o material reciclável e, no final do dia de trabalho, o peso do material reciclável era inferior aos dos grupos que recebiam os “caminhões bons”, conforme palavra dos catadores.

Essa mudança na forma de organizar a distribuição do objeto de trabalho para um melhor controle da distribuição das receitas permitiu que três reflexões fossem elaboradas pelo coletivo: 1) não é viável a distribuição da matéria-prima *a priori*; 2) os catadores possuem ritmos distintos de trabalho, nem todos conseguem trabalhar com a mesma intensidade e, por isso, necessita-se respeitar as diferenças individuais, sem, contudo, prejudicar financeiramente aqueles mais aplicados; e, 3) o trabalho efetuado de forma individual não corresponde ao propósito associativo.

Mesmo quando tudo era individual ela não conseguia trabalhar que nem eu. Eu abaixo a cabeça e trabalho. Ela para. É que tenho quatro barrigas pra alimentar, seu Zé tem oito, ela tem duas. Cada um trabalha o que precisa. Não é que se deitava nos outros, é o ritmo da pessoa (Entrevista 4: Catadora da AR).

Já foi mudado acho que umas três vezes a forma de [organização do trabalho] até que descambou pra essa questão individual, que aí cada um recebe o seu caminhão, cada um traz o seu comprador. Isso não é associação. Mas essa questão de receber todo mundo o material, aí separar, aí todo mundo se compromete com a limpeza, se compromete com a pesagem, se compromete com fardamento, aí sim. Aí é um trabalho coletivo. Mas não esperem que não vá dá conflito (Relato de um associado gravado em uma reunião da AR).

As últimas reuniões da Associação versavam sobre como tornar a Associação de catadores um grupo onde o trabalho fosse coletivo, mas também onde os dissensos fossem superados, sobretudo, quanto à “remuneração justa”. Algumas deliberações realizadas nas reuniões que acompanhamos foram efetuadas tendo como exemplo a gestão executada na Associação Novo Mundo, como a distribuição das tarefas de limpeza dos locais de uso coletivo e a definição de regras de convívio. Quanto à forma de distribuição do resultado do trabalho, definiu-se pelo pagamento por turno trabalhado:

A gente decidiu no grupo, todo grupo, que vamos tentar de seguinte forma: trabalhar tudo em equipe. Chegou o caminhão... a gente tava falando... [a partir de] segunda-feira vai ter dois que vão estar descarregando lá pra dentro. Mas os outros vão estar na mesa trabalhando, [separando o material] e a gente vai tentar assim. A gente vai tentar pra dar certo. A [...]. Se não der certo... a gente vai estar conversando [...] sobre isso aí, [...] decidiu isso de trabalhar de acordo, de trabalhar por hora, se eu saio... digamos, eu tenho que saí, eu trabalho só até ao meio-dia, eu cheguei, eu vou assinar o livro ponto, eu saí do trabalho, eu vou assinar que estou saindo, e tudo isso vai ser guardado pra aí... Em cada venda vai ser de acordo com o que eu trabalhei, eu vou ganhar. Pra não ser injusto com os outros companheiros (Entrevista 3: Catadora da AR).

Além desta definição, o grupo agendou uma reunião para a avaliação do novo modo de organização do trabalho, pois consideraram que:

Não adianta. O laço é a conversa. É chegar num consenso. Porque daí assim: nós só vamos aceitar aquilo que é dito em reunião. Aquilo que é dito fora da reunião não existe. Tem registrar em ata. Aquilo que é dito na reunião, vale. Aquilo que é dito fora, esqueça (Depoimento gravado de uma Catadora na reunião da AR).

O registro dessa colocação em ata e a assinatura de todos os associados lavra a intenção de seguir construindo uma gestão onde o Como é decidido por todos. Relatadas essas duas experiências, é relevante retornar à discussão à luz do referencial sobre autogestão e economia solidária, efetuado anteriormente.

### Reflexões: das particularidades práticas da gestão ao abstrato pensado da autogestão

Iniciamos o texto afirmando que gerir é um processo que envolve o Quem define e o Como se efetivam interesses. Arguimos também que, no âmbito da organização da força coletiva do trabalho, a gestão guarda correspondência com a distribuição dos elementos

simples do processo de trabalho, sobretudo em função da relação entre esses e a definição dos objetivos a serem alcançados. Refletiremos acerca disso nesse item.

Dialogando com Faria (2009), vemos que a relação entre o Quem e o Como constituem diferentes formas de gestão, sendo a autogestão a forma pela qual ocorre a preponderância da coletividade enquanto forma de minimizar a desumanidade em que vivem os trabalhadores em função de sua invisibilidade social. A autogestão coloca o catador perante o outro como um sujeito portador de desejos, de sonhos, de sofrimentos, de esperanças, em suma, um ser humano, a despeito de não se constituírem enquanto compradores nos centros de consumo. Contudo, como observamos, essa constituição do sujeito que ocorre no grupo é limitada, em função da posição desses trabalhadores na estrutura produtiva social.

Ao analisarmos as experiências, percebemos que há preponderância do coletivo: muitos (Quem) administram coletivamente (Como), portanto, há autogestão. O mesmo autor alerta para a restrição dessa autogestão sob o sociometabolismo do capital. Nosso estudo corrobora a existência da autogestão, restrita ao ambiente interno dos empreendimentos. Os associados não podem decidir pontos essenciais que se referem aos meios de produção, conforme exemplos arrolados no texto. Ademais, a própria jornada de trabalho é imposta pelo valor de troca da mercadoria, não rompendo, portanto, com a submissão do valor de uso à lei do valor. Temos, portanto, que o modelo de gestão utilizado pelos membros da superpopulação estagnada na busca pela superação do pauperismo é a autogestão restrita. Eis a resposta a uma das indagações iniciais no nosso trabalho. A pergunta que segue busca entender porque esse é o modelo escolhido pelos catadores. Seguimos a reflexão.

Tragtenberg, Guillerm e Bourdet destacam que a autogestão tem como precondição a posse coletiva dos meios de produção. Nas Associações, isso ocorre. Contudo destacamos que a inexistência de capital individual (privado) impõe os associados à dependência em relação aos apoiadores e ao poder público quanto ao acesso aos

meios de produção. Em geral, o acesso aos meios de produção ocorre por meio dos processos de concessão e ou doação, seja pública ou privada. Como a concessão é efetuada a coletivos, a autogestão é uma técnica que possibilita a organização de pessoas que possuem simetria de poder (intracoletivo). Tal simetria deve-se ao fato de que os associados ingressam no empreendimento apenas com a sua força de trabalho, na maioria das vezes, com a qualidade da força física tão somente, impossibilitando uma hierarquização pelo saber. (No extremo, poderíamos cogitar a possibilidade de uma hierarquia pela força, contudo, isso inviabilizaria o apoio externo, que é pautado pela moral da civilidade democrática).

Em suma, como todos os trabalhadores ingressam na organização com semelhante “capital” (força física) a existência da hierarquia – características das demais formas de gestão – prejudica a manutenção dos empreendimentos, visto que os envolvidos querem manter a autonomia no que tange à intensidade do trabalho, e construir uma heteronomia às regras de convívio e de uso dos meios de trabalho, desde que essas sejam definidas coletivamente, ou seja, uma heteronomia consciente. Deste modo, a autogestão restrita tem sido a forma mais eficaz de manter a união do grupo, que, por sua vez, possibilita o acesso aos meios de produção, potencializando inclusive o aumento do resultado do trabalho, em resumo, a melhoria da renda individual. Ressaltamos, portanto, que os trabalhadores de empreendimentos populares têm recorrido à técnica da autogestão restrita em função da necessidade de organização coletiva para a garantia da (re) produção individual da vida. Em suma, a autogestão nos empreendimentos de trabalho da superpopulação estagnada resulta da defesa dos interesses individuais. Contraditoriamente, a autogestão aparece como um processo de defesa individual que constrói o coletivo.

Esse movimento contraditório imposto pelo processo de pauperização efetuado pelo movimento de acumulação do capital é compreendido também quando observamos a distinção entre a autogestão restrita e a Autogestão Social. Na última, o valor de uso social do produto é o que determina a necessidade ou não da produção, na primeira,

é o valor de troca da força de trabalho dos membros da superpopulação estagnada que determina o coletivo e, por sua vez, a necessidade da autogestão restrita à unidade de produção.

Observamos também que quanto maior e mais estável é a posse dos meios de trabalho pelo coletivo, maior a possibilidade de expansão do empreendimento via acesso aos editais públicos e privados. Assim, há uma retroalimentação da necessidade da gestão ser efetuada por muitos e coletivamente. Contudo, salientamos que esses mesmos editais demandam, na maioria das vezes, um conhecimento específico que não é do domínio dos trabalhadores de empreendimentos populares, que para acessarem os financiamentos necessitam recorrer a grupos de apoiadores. Nesse sentido, alertamos para a necessidade de análises das imposições dos instrumentos que possibilitam o acesso aos meios de trabalho e o quanto eles determinam o quanto restrita é a autogestão.

Ao que se refere ao produto do trabalho, podemos mencionar que quando o mesmo é resultado de uma cooperação simples, isto é, quando o resultado final é a soma do trabalho individual, no qual a divisão do trabalho não é significativa, a amplitude do coletivo restringe-se à necessidade de normas de convivência e de cuidado com o meio de trabalho cuja posse é coletiva. Esse é o caso da Associação Novo Mundo. Por outro lado, quando a cooperação no processo de trabalho demanda de uma divisão técnica do trabalho, desdobrando na impossibilidade de mensurar a contribuição de cada um para a feitura do produto final, um ponto que se impõe para o debate é a distribuição do resultado do trabalho ou, de forma mais específica, a definição coletiva de um critério que determine uma forma de distribuição econômica justa. Trata-se, portanto, do debate acerca da concepção de justiça. Sob o sociometabolismo do capital, esse critério é imposto e aceito quase que naturalmente, a saber: o tempo socialmente necessário para a produção dos valores equivalentes ao valor da força de trabalho, o que se trabalhou a mais, não entra na discussão, pois como ironiza Marx, esta é sorte do comprador.

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1996, p. 311).

Nos empreendimentos populares não há o comprador direto da força de trabalho, mas isso não invalida a remuneração da mesma ser balizada pelo valor médio dos produtos necessários para a (re)produção da força de trabalho. Pelo contrário. Como esses trabalhadores são, supostamente, supérfluos para o processo de produção de valor, sua força de trabalho não tem valor de uso, logo, não possui valor de troca. Assim, não possuem mercadoria para equiparação com as mercadorias necessárias para a reprodução da vida. Como já mencionamos, isso os leva a operarem no processo de produção de materiais recicláveis (conforme figura 01). Por sua vez, o valor do produto desse trabalho não é determinado em relação ao custo da “matéria-prima virgem”, mas em relação ao custo de reprodução da força de trabalho que o produziu. A condição de pauperização desses trabalhadores reforça o baixo valor de sua força de trabalho e, por via de consequência, o baixo valor do produto vendido. Isso se evidencia pela própria jornada de trabalho dos catadores. São em torno de 12 horas de trabalho seis dias por semana. Dessa forma, tanto o fato da indústria de transformação, que preocupada com o meio ambiente, reduz seus custos comprando matéria-prima reciclável ao invés da virgem, quanto o fato da forma de gestão dos empreendimentos reproduzir a exploração da força de trabalho é pura sorte do capitalista e nenhuma injustiça para o catador<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A frase em que nos inspiramos para essa ironia está no capítulo V d'O *Capital* de Karl Marx, onde o mesmo descreve o processo de trabalho e o processo de valorização. Segue a tradução da frase original: “A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor” (MARX, 1996, p. 311).

Nas Associações observamos que ainda não houve a problematização do critério balizador de justiça, pois em uma a distribuição ocorre pela produtividade individual, em outra, se definiu que a divisão dos dividendos será efetuada pelo tempo de trabalho. Além disso, na Associação Reciclando está naturalizada a afirmação de que a dedicação ao trabalho deriva da “quantidade de bocas para sustentar”, em suma, pelo valor do conjunto de mercadorias básicas necessárias para a (re) produção da mercadoria força de trabalho, como já explicara Marx. Todavia, o debate da retribuição pelo trabalho, como vimos, é imposto pela natureza do processo de trabalho, que demanda uma divisão técnica do mesmo, e não pela forma de aquisição do objeto de trabalho. Quando os catadores dessa Associação vislumbrarem que o processo de trabalho deles distingui-se do processo de trabalho das demais associações apenas quanto à forma de obtenção da matéria-prima, conseguirão aplicar o mesmo método de remuneração da Associação Novo Mundo, em suma, eliminarão o dissenso quanto à justeza ou não da remuneração, mas sem problematizar os critérios de valor de troca característicos de um modo de sociabilidade capitalista.

Por fim, consideramos que as possibilidades postas pela prática da autogestão restrita nos empreendimentos populares são limitadas no que se refere à construção de demandas de transformações estruturais, uma vez que ela não tenciona a distribuição dos elementos simples do processo de trabalho e a superação do subjuço do valor de uso ao valor de troca, ainda que apenas dentro dos empreendimentos. A prática da autogestão em função das condições conjunturais de pauperização transmuta a posse coletiva dos meios de produção e, o Quem e o Como em mediadores do interesse individual imediato. Por sua vez, a transmutação está sustentada no ideário de liberdade e individualização do ser social que, num movimento contraditório, potencializa a organização coletiva, colocando em pauta o necessário acesso aos meios de trabalho. Eis o movimento contraditório do real que possibilita a perpetuação da esperança entre os catadores. Ainda que estes estejam em uma posição estrutural que os limita quanto às potencialidades de fazerem alterações históricas, suas novas práticas colocam em movimento as contradições essenciais da

relação capital-trabalho. Ainda que, na imediaticidade histórica, alterações significativas não são vislumbradas, as pequenas alterações cotidianas possibilitam que as tensões vivenciadas no grupo constituam novas circunstâncias condicionantes aos que seguem lutando, seja no dia a dia das Associações, seja na esfera onde se elaboram as políticas públicas, ou ainda no meio acadêmico, entre os intelectuais que buscam compreender as pequenas experiências enquanto potencialidades de grandes transformações. E, é nesse sentido, que reforçamos a necessidade das análises das formas de gestão apresentadas no quadro elaborado por Faria (2009) serem acrescidas de investigações quanto à distribuição dos elementos do processo de trabalho, para problematizarmos a efetiva potencialidade das experiências de gestão, seja para a perpetuação, seja para a transformação das relações sociais de produção.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2010*. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br>>. Acesso em: 16/1/2012.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CALDAS, M. Enxugamento de Pessoal no Brasil: pode-se atenuar seus efeitos em empresa e indivíduo? *Revista de Administração de Empresa*, São Paulo, v. 40, n. 1, jan./mar. 2000.

CATTANI, A. D. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. S. As Culturas Organizacionais de uma Loja Autogestionada de Economia Popular Solidária de Porto Alegre. In: EnANPAD, 2004, *Anais...* Curitiba, Paraná, 2004

FARIA, J. H. *Economia Política do Poder*. Curitiba: Juruá, 2004. v. 3.

\_\_\_\_\_. *Gestão Participativa: relação de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, D. L. S. *Desemprego, Exército de Reserva, Mercado Formal-Informal: rediscutindo categorias*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERRAZ, D. L. S.; CAVEDON, N. R. A Exclusão e a Inclusão Social: Depoimentos das Praticantes da Economia Popular Solidária. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 2008.

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo Autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássicos e contemporâneos e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. *Organizações & Sociedade*, v. 15, n. 46, p. 99-117, 2008.

FERRAZ, D. L. S.; MENNA-BARRETO, J. Consciência de Classe, Subjetividade e Organizações: o caso dos Movimentos dos Trabalhadores Desempregados. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6, 2010, Florianópolis. *Anais...* [S.I]: 2010. CD-ROM.

FIN, B. Verbete Cooperação. In: BOTTOMORE, T. B. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 454 p.

NAKANO, M. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: Uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas. *Psicologia USP*, 2006, v. 17, n. 2, p. 11-41. Recuperado em 06 de setembro.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

TRAGTENBERG, M. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Burocracia e Ideologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.